

III Simpósio Nacional Sobre Democracia e Desigualdade

Brasília, 11 de maio de 2016.

Interseccionalidade: uma reflexão sobre desigualdades cruzadas de gênero, raça e classe social.

Denise Mantovani¹

Resumo: O artigo analisa abordagens sobre sistemas interseccionais de opressão. No texto procuramos mostrar como as variáveis de gênero, raça e classe social produzem desigualdades e assimetrias diferenciadas entre as mulheres e, ao mesmo tempo, se entrecruzam definindo sistemas duplos ou triplos de opressão. O paper procura refletir sobre como essas diferentes formas de subordinação atuam no cotidiano de perspectivas individuais, sobretudo àquelas que estão no interior dessas interseções estabelecendo “um pano de fundo” naturalizado de subordinação, tratado como episódios da vida comum e, por isso, muitas vezes tornando essa desigualdade invisível.

Palavras-chave: gênero; raça; classe social; desigualdades; interseccionalidades;

INTRODUÇÃO

Abordagens feministas na teoria política vêm produzindo contribuições importantes para a reflexão sobre formas estruturais de desigualdade e os limites do discurso sobre igualdade de direitos nas sociedades contemporâneas. Desigualdades nas relações de gênero, a dualidade hierarquizada entre o público e o privado, o domínio do masculino como ideal de universalidade, “transcendência” e superioridade (ELSHTAIN, 2013, p.130) são aspectos da crítica do pensamento feminista que questionam os ideais liberais e apontam os limites do discurso democrático liberal. Ao “complexificar categorias centrais do pensamento político universal como as noções de indivíduo, espaço público, autonomia, igualdade, justiça ou democracia” (MIGUEL, BIROLI, 2013, P. 7)

¹ Doutora em ciência política, atualmente bolsista de pós- doutorado do curso de Ciência Política do IPOL/UNB, bolsista da CAPES, integra o Grupo de pesquisa do Demodê. Email para contato: denisemantovani@yahoo.com.br.

autoras feministas expõem os mecanismos que ainda hoje atuam na produção de desigualdades e desvantagens para as mulheres no mundo contemporâneo².

Outra parte importante contribuição do feminismo contemporâneo vem refletindo e ampliando compreensões sobre os sistemas de opressão que afetam as mulheres de forma diferenciada, incorporando no debate teórico as perspectivas de gênero, raça e classe social e o impacto dessas variáveis nas experiências individuais das agentes a partir de sua posição situada no campo social. Tais fatores precisam ser levados em conta para compreender “as conexões entre os padrões na divisão do trabalho, exploração, desrespeito, marginalização e exclusão” (FRASER, 2003, apud, BIROLI, 2013, P.13). A luta de mulheres pertencentes a grupos excluídos ou sub representados por inclusão política, igualdade e acesso a direitos vem conscientizando sobre a importância de reconhecer e tratar de forma simultânea as diferenças que caracterizam problemas e dificuldades de distintos grupos de mulheres relacionados tanto à discriminação de gênero como classe, cor, etnia, orientação sexual, religião, nacionalidade. São “diferenças que fazem a diferença”, na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação (CRENSCHAW, 2002, 173). Essa compreensão vem contribuindo para a compreensão dos diversos obstáculos que restringem ou excluem mulheres de maneira diferenciada.

Pensadoras e ativistas feministas negras reforçam a discussão sobre os limites de pensar as desigualdades que afetam as mulheres somente sob a perspectiva da dominação masculina e da divisão de classes alertando para o impacto do racismo como uma variável igualmente estruturante da violência e opressão e um fator de desvantagem e vulnerabilidade que atravessa gênero e classe social. Essa abordagem vem deslocando uma visão mais tradicional do pensamento feminista centrado na desigualdade produzida pela intersecção entre gênero e classe social. Neste último caso, o debate feminista recebeu influência da reflexão marxista que aponta a exploração e a dominação produzida pela hierarquia econômica, ainda que parte considerável de autores feministas apontem os limites dessa tradição teórica no que tange à hierarquia gênero e a supremacia dos homens sobre as mulheres, mesmo no interior da classe trabalhadora.

Refletir sobre a interseccionalidade desses múltiplos sistemas de opressão é o objetivo central desse texto. Um exercício que parte do pressuposto de que as diferentes formas de subordinação atuam no cotidiano das mulheres, como “um pano de fundo”

² Trabalho preparado para apresentação no III Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, no GT “Desigualdades de gênero e de raça”, Brasília, 11 a 13 de maio de 2016.

naturalizado e tratado como episódios da vida comum e, por isso, muitas vezes torna a discriminação invisível (CRENSHAW, 2002, p. 176).

O texto não pretende abranger toda a gama de pesquisas teóricas e correntes de pensamento que desenvolvem estudos sobre a interseccionalidade e os sistemas de opressão cruzada, mas é parte de um esforço para oferecer uma contribuição a partir de algumas abordagens e autoras que foram discutidas no Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê), vinculado ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Durante o período de agosto – dezembro de 2015, pesquisadora de pós-doutorado, doutorandas (os), mestrandas e granduandas(os) desenvolveram estudos teóricos sobre as desigualdades que contribuem para vulnerabilidades das mulheres, a partir das experiências marcadas pelo gênero, cor, classe social, orientação sexual, como esses sistemas de subordinação e opressão podem definir obstáculos e constrangimentos nas experiências de vida das agentes³.

Na primeira parte do artigo, consideramos importante apresentar, mesmo que de forma sucinta, uma abordagem sobre o papel da escravidão e do patriarcalismo na construção de representações e injustiças materiais sobre as identidades das mulheres expondo os efeitos violentos da exploração e tirania, sobretudo na desumanização das mulheres negras escravizadas.

Em seguida algumas abordagens feministas e suas contribuições para o avanço na teoria política crítica sobre desigualdades e democracia. Aqui, incorporamos brevemente o debate de feministas sobre os limites do pensamento marxista na reflexão desigualdade de gênero e classes social, além da discussão sobre o papel do racismo como um sistema estrutural de subordinação, abordamos as críticas do feminismo negro sobre a visão dominante da luta feminista, centrada em demandas das mulheres brancas e de classe média estadunidense. Pretendemos apontar os elementos teóricos que organizam os sentidos do debate sobre desigualdades cruzadas.

O mesmo objetivo está presente no registro sobre o debate entre feministas no final dos anos de 1990 em que a emergência do reconhecimento de identidades e perspectivas sociais como determinantes de injustiças sociais poderiam suplantar a relevância da economia política e da exploração material dos indivíduos. Em nosso

³ Agradeço as/os colegas do Grupo Demodê que participaram dos debates e discussões no Grupo de pesquisa Gênero, Raça e Classe Social. O estudo teórico foi acompanhado de ricos depoimentos, experiências e perspectivas que foram fraternalmente compartilhadas e debatidas à luz da teoria em estudo. O debate teórico foi enriquecido por essas perspectivas que permitiram ampliar compreensões sobre dinâmicas de opressão e dominação.

entendimento, a superação dessa divergência proporciona uma compreensão mais eficaz sobre o reconhecimento das diferentes identidades e perspectivas e das formas de opressão a que os sujeitos estão submetidos pela intersecção entre categorias ditas “culturais” como gênero, raça/etnia, orientação sexual, por exemplo, com o recorte de classe e a exploração econômica (redistribuição). Partilhamos do entendimento de que ambas as correntes redistributiva e de reconhecimento devem ser consideradas de forma interrelacionada. Assim, sistemas de desigualdade e vulnerabilidades complexos, que poderiam estar ocultos numa abordagem exclusivamente econômica ou cultural, tornam-se “visíveis”, uma vez que a subordinação interseccional atinge aquelas pessoas que já são marginalizadas dentro de grupos subordinados. A exploração e a desigualdade de classe e as relações de poder atuam de maneira diferenciada quando observadas pelas perspectivas marcadas pelo gênero, pela subordinação etno-racial, ou pela sexualidade.

Agentes marcadas pela escravidão e o patriarcalismo

Juerema Werneck, integrante da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, médica, doutora em comunicação e cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro relata a trajetória e as frentes em que mulheres negras empreenderam na luta contra o sexismo e o racismo que remontam os estereótipos e os sistemas de inferioridade social construídos desde a escravidão e que atuaram ao longo da história social brasileira.

“As mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas histórias, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo de séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos” (WERNECK, 2010, p.10).

O impacto que a escravidão, a colonização e os regimes racistas e patriarcais tiveram e tem na constituição das identidades das mulheres negras implica numa diferenciação entre sujeitos e grupos com base na raça e no gênero que deve ser considerado, uma vez que isso implica em compreender e revelar a existência de “um polo de poder e de violência” não somente nas relações entre homens e mulheres, mas também nas relações entre as mulheres em diferentes épocas (WERNECK, 2010, p. 11).

O estudo de Heleieth Saffioti (2013[1969]), “A mulher na sociedade de classes” aponta para essa realidade histórica no Brasil. Seu trabalho, publicado ainda em 1969 expõe as hierarquias de gênero entre homens e mulheres da classe dominante e entre mulheres e homens da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que aponta as desigualdades no processo produtivo e na exploração de classe. Mostra, também, que o problema da escravidão e da posição social das mulheres numa ordem escravocrata-senhorial foi estruturante de um sistema de dominação, opressão e de construção de mitos que persistem até hoje, como o estereótipo de subalternidade da mulher negra, aspecto também destacado por Werneck.

A sociedade escravocrata patriarcal atribuiu às mulheres uma função no sistema produtivo da propriedade. Mulheres brancas e negras foram submetidas de forma distinta à violência e subalternidade no início da formação da econômica e social no Brasil. De um lado as mulheres negras escravas eram utilizadas como força de trabalho, exploradas como objeto sexual dos escravocratas e expostas à violência permanente. De outro, as mulheres brancas estavam submetidas à rigidez moral, à violência do patriarca (marido ou pai), inferiorizada e sem direitos, desempenhando o papel de reprodutora casta e mãe da prole legítima. De outro lado, as mulheres pobres, sem herança e cercadas de preconceitos contra o trabalho, subsistiam de forma instável e não raro estavam submetidas à prostituição, o que igualmente ocorria com as mulheres negras alugadas pelos seus senhores e, após a abolição, continuariam submetidas à exploração da prostituição em virtude da condição econômica e a degradação moral a que tinham sido reduzidas (SAFFIOTI, 2013[1969], p.252).

Estudos de feministas negras no Brasil reforçam essa perspectiva. Porém, mostraram que a ideologia patriarcal não dá conta de todos os sistemas de opressão constitutivos da identidade da mulher negra. Kia Lilly Caldwell chama a atenção para a apresentação de um Manifesto das Mulheres Negras, apresentado no Congresso das Mulheres Brasileiras em julho de 1975 que “desmascara o quanto a dominação racial é marcada pelo gênero e o quanto a dominação de gênero é marcada pela raça”, destacando as práticas de exploração sexual que remontam heranças culturais da escravidão, como dito anteriormente.

Caldwell emprega o conceito de “imagens controladoras” oriundo dos estudos da feminista negra norte-americana Patrícia Hill Collins que oferece uma síntese importante para compreender o elo entre representações culturais e formas estruturais de desigualdade: “as imagens controladoras das mulheres negras ‘são projetadas para fazer

racismo, sexismo e pobreza parecerem naturais, normais, como uma parte inevitável da vida cotidiana” naturalizando e obscurecendo relações de poder (COLLINS, 1991, *apud* CLADWELL, 2000, p. 101). Ao aplicar o conceito nos estudos sobre as identidades das mulheres negras brasileiras a autora revela que as imagens controladoras de mulheres negras “particularmente a da mulata e da mãe preta são amarradas a formas de desigualdade estrutural determinadas por raça e pelo gênero”, sendo usadas para “obscurecer práticas de dominação racial e de gênero, bem como manter a imagem nacional do Brasil como democracia racial” (CALDWELL, 2000, p. 102).

Sonia Maria Giacomini expõe em seu estudo “Mulher e escrava, uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil” (1988): “[assim como] é impossível compreender a formação do proletariado brasileiro sem uma análise da transformação dos escravos em trabalhadores livres. Da mesma forma, também será impossível determinar as heranças deixadas pela escravidão às mulheres das classes exploradas – em particular às mulheres negras – e às mulheres das classes dominantes sem compreender a situação da negra escrava – as relações em que se inseria enquanto mulher e enquanto escrava” (GIACOMINI, 1988, p. 19).

Em seus estudos, Saffioti, Caldwell, Giacomini e Werneck oferecem elementos históricos que permitem compreender formas de opressão e de relações assimétricas que se produzem em classes sociais historicamente determinadas, com experiências e perspectivas de vida distintas que deram um sentido para a opressão diferenciada das mulheres brancas e negras, da classe dominante e das classes menos favorecidas. Quando se considera os sistemas de classe, gênero e raça enquanto um método de análise é possível ampliar a dimensão do problema de forma a perceber a interdependência entre esses sistemas.

Gênero e classe social e racismo: as contribuições do pensamento feminista

A luta das mulheres por seus direitos vem de uma longa trajetória que nasce nos movimentos emancipatórios a partir do século XVIII com o advento das ideias liberais do Iluminismo e das grandes revoluções francesa e industrial. É no contexto dessas transformações sociais que toma força o movimento pelo direito à educação, ao voto livre e ao trabalho remunerado, lutas que dão origem ao movimento feminista a partir do século XIX. A primeira fase do movimento luta pelo direito civil das mulheres como agentes iguais (e não inferiores) aos homens. Questões como o sufrágio universal e o

direito à educação e ao trabalho remunerado foram conquistas dessa primeira fase, sobretudo no período final do século XIX e início do século XX. É o período que marca a incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos (votar e ser votada), embora essa conquista não tenha alterado a posição de poder entre homens e mulheres, ou seja, não eliminou as assimetrias e o domínio masculino nas relações de gênero (PINTO, 2003, p. 14). A segunda fase, já na década de 1960, discutia as desigualdades de gênero e reivindicava paridade no direito à sexualidade e à vida em sociedade, questionando a opressão imposta às mulheres a partir da divisão entre o público e o privado. Já a terceira etapa, a partir da década de 1980, busca aprofundar o questionamento à dualidade público-privado, protestando contra papéis sociais impostos por uma divisão sexual do trabalho e das relações hierárquias e de poder entre homens e mulheres, além de trazer à tona para o debate político temas como a individualidade, a autonomia e as diferenças culturais, étnicas, econômicas e religiosas, num aprofundamento dos debates sobre a condição de subalternidade do feminino.

Uma corrente bastante influente nas discussões sobre o feminismo nos períodos de 1960 a 1990 foi o marxismo, que contribuiu para difundir a ideia na teoria política sobre a libertação das mulheres envolvendo a luta contra a desigualdade no trabalho (FRASER, 2002, 61) algo que até os dias atuais permanece como bandeira do feminismo. Estudos feministas importantes sob a perspectiva de classe já apontavam para a questão da subalternidade da mulher sob a ótica da sociedade capitalista. A contribuição do marxismo para desnaturalizar e historicizar categorias, relações e instituições sociais ofereceu subsídios para a compreensão das origens e do funcionamento do modo de produção capitalista e a problemática de gênero com o surgimento da propriedade privada, que teria dado ensejo à subordinação das mulheres aos homens com a instituição da família monogâmica e patriarcal, com a divisão do trabalho e a divisão entre o público e o privado, característica da sociedade de classes (ANDRADE, 2009, p. 160).

O estudo de Saffioti (2010 [1969]) mostra que mesmo nas economias pré-capitalistas, ainda na fase das revoluções agrícolas e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras atuava no campo, na manufatura, nas minas, lojas, nos mercados, oficinas, além da execução das tarefas domésticas. Enquanto mão de obra, desempenhava um papel econômico, porém, sua atividade produtiva era tratada de forma hierarquizada, com menor valor que a do homem, um papel “subsidiário no conjunto das funções econômicas da família” (SAFFIOTI, 2013, p.64). O patriarcalismo atuava de forma estrutural na organização das relações sociais, com a subordinação da mulher ao homem de forma

jurídica, social e política. O aparecimento do capitalismo ocorre em condições extremamente adversas à mulher, reforçando a posição de desvantagem seja pela subvalorização de sua capacidade produtiva, seja pela condição periférica no sistema de produção (SAFFIOTI [1969] 2013, p. 66). Para algumas teóricas de tradição materialista, a assimetria entre os sexos e a dominação dos homens está sustentada numa desigualdade vinculada à produção econômica, reforçando a conexão entre o patriarcado e o capitalismo (OKIN, 2008, p. 8). No entanto, é importante destacar que a crítica à exploração patrão-trabalhador presente no sistema de classes, não eliminou a divisão sexual do trabalho, nem as desigualdades e opressões de gênero no interior das classes.

Nas manifestações contestatórias de 1968 novas formas de opressão vieram à tona. O feminismo desse período se expressou numa crítica ao modelo capitalista. Porém, o ‘esquecimento’ da diferenciação e das hierarquias de gênero levava, na prática e a despeito da afirmação verbal da igualdade entre os sexos pela maior parte dos marxistas e socialistas clássicos, à naturalização da exploração das mulheres (BIROLI, MIGUEL, 2015, p.4). Biroli e Miguel apontam que esse esforço crítico de teóricas feministas permitiu análises importantes entre capitalismo e exploração de gênero, em que a desigualdade no trabalho remunerado, a divisão sexual do trabalho doméstico, as tarefas desiguais na relação e no cuidado com os filhos e idosos da família, a dupla moral nas relações sexuais “jogaram luz sobre a vida doméstica e sobre as conexões entre as formas de exploração do trabalho das mulheres dentro e fora de casa” (BIROLI, MIGUEL, 2015, p. 4).

Apesar de avanços, já na segunda metade do século XX feministas apontavam uma insuficiência na crítica marxista. A vinculação entre o modo capitalista de produção e a exploração do trabalho na distinção clássica entre patrão/proprietário dos meios de produção *versus* operário/assalariado apontavam alguns aspectos da desigualdade de gênero, mas não avançavam na discussão sobre as relações de dominação entre os sexos. Ou seja, nem todos os fenômenos sociais podem ser explicados em termos de classe. A imposição das tarefas domésticas como função primordial das mulheres, por exemplo, transcende exclusivamente o aspecto de classe. A teoria marxista não resolvia o dilema da desigualdade entre os sexos, pois interpretava o gênero a partir da discussão de classe, transferindo complexas questões de desigualdade e hierarquia entre homens e mulheres para uma “derivação” da dominação de classe, eximindo da discussão a constatação de que essa forma de poder está *inter-relacionada* com a estrutura de classe e não derivada dela como um “efeito colateral” (MACKINNON, 1995, P. 77).

A contribuição da teoria feminista a partir dos anos 1970, tendo como arcabouço as discussões marxistas sobre a opressão de classe, avançou apontando as lacunas para a opressão da mulher não resolvidas pelo materialismo histórico. Essa crítica permitiu expor a limitação do pensamento marxista tradicional que entendia a exploração de classe como geradora de todas as outras condições de desigualdade, como se não houvesse contradição ou oposição entre elas e, ainda, colocando a questão da mulher como algo secundário (MACKINNON, 1995, p. 42).

O antagonismo social em termos de classe não dava conta da opressão comum às mulheres, nem das consequências dessa opressão para o proletariado (DELPHY, 2015, p.99). O foco nas discussões de gênero pela teoria feminista a partir das teses marxistas colocou na linha de frente o problema relacionado às práticas e estruturas de poder desiguais entre homens e mulheres a partir de uma base material. Há uma exploração econômica das mulheres que produz “uma relação específica com a produção, comparável à servidão” por seu não reconhecimento enquanto atividade com valor de remuneração (DELPHY, 2015[1970], p.101). Neste caso, a função ideológica da dicotomia entre público-privado fica evidente. Essa abordagem colaborou para a compreensão de que capitalismo e patriarcado são “dois sistemas distintos que agem em conjunto na produção do mundo social” (BIROLI, MIGUEL, 2015,p.6).

Em que pese os argumentos relevantes sobre a exploração patriarcal como o “inimigo principal” das mulheres no sistema capitalista, sobretudo, “das mulheres casadas” porque é delas a obrigação de fornecer serviços domésticos gratuitos mesmo quando trabalham fora, a construção feita por Christine Delphy de uma “classe” formada por mulheres relegadas à mesma relação de produção condicionada por sua superexploração enquanto mulheres (DELPHY, 2015[1970], p.114-116) deve ser contextualizada ao período em que sua reflexão foi produzida (1970).

Numa discussão mais aproximada do contexto contemporâneo, deve-se considerar que os sistemas de opressão e as assimetrias estruturais na experiência conjugal, não se expressam num modelo único de padrão tradicional, coexistindo com outras formas de relacionamento fragmentadas e com mecanismos de opressão e dominação que atingem as mulheres, não apenas as casadas (BIROLI, MIGUEL, 2015, p. 7). Como expressa Nancy Fraser (2013), a dominação masculina hoje não se dá somente pela relação senhor/serva ou “comando e submissão”. Em vez disso, a desigualdade de gênero passa por mecanismos estruturais mais impessoais. Uma consequência disso “é a (re) produção

da subordinação, mesmo quando mulheres agem cada vez mais como indivíduos que não estão sob o comando direto de homens individuais” (FRASER, 2013, P. 262).

Nesse sentido, é importante perceber a interação e, ao mesmo tempo, a independência entre capitalismo e patriarcado como sistemas de opressão e dominação diferenciados e em permanente adequação às transformações sócio culturais. Significa compreender que tais mecanismos não são os únicos elementos que devem ser considerados. As especificidades das experiências de vida que organizam as identidades sociais, como raça, etnia, religião ou orientação sexual, por exemplo, são aspectos que contribuem para uma percepção sobre sistemas múltiplos de subordinação que se cruzam entre si e interligam-se com questões de gênero e de classe.

As contribuições do feminismo negro

Apesar dos avanços produzidos pelos estudos acadêmicos sobre o feminismo na segunda metade do século XX, a exclusão ou o silenciamento sobre a realidade das experiências de uma parte das mulheres, sobretudo negras e em sua maioria de origem popular, foi destacado por pensadoras feministas negras que expuseram as formas cruzadas de dominação e opressão que contrastavam com experiências relatadas por mulheres brancas oriundas de classes abastadas. Bell Hooks chama a atenção para um exemplo típico dessa situação ao tratar do livro de Betty Friedan, “a mística feminina”, publicado em 1963 e que moldaram o pensamento e o movimento feminista numa perspectiva voltada para a situação das mulheres brancas, casadas, de classe média ou alta que reivindicavam ocupar o espaço público, sem discutir “quem seria chamado para cuidar dos filhos e manter a casa, se mais mulheres fossem libertadas do trabalho doméstico e tivessem o mesmo acesso a profissões que tem os homens brancos”(HOOKS, 2015, p. 194).

Dessa forma, a liberação as dificuldades das mulheres brancas foi tratada por muito tempo como uma condição que afetaria todas as mulheres de maneira igual. Bell Hooks e outras feministas negras passaram a mostrar que a realidade era muito mais complexa. As desigualdades produzidas pelas conexões entre racismo, pobreza e hierarquias de classe mostram o papel da supremacia branca e como a luta de classes, na verdade, está indissolivelmente ligada à luta para acabar com o racismo (HOOKS, 2015, p.196). A realidade social mostra que a identidade de raça, classe, preferência sexual ou orientação religiosa geram diferenças no status social e nas experiências diferenciadas das

mulheres. A opressão e os sistemas de dominação (sexismo, racismo e a exploração de classe) atuam sobre elas de forma diferenciada. Assim, a categoria “mulher” não pode ser vista como algo único, essencial e universal, pois, precisa ser compreendido no contexto étnico e racial. São varias “mulheres” a enfrentar diferenciadas situações subalternidade e opressão.

Elizabeth Spelmann, ao analisar as exclusões produzidas pelo pensamento feminista americano, mostra que as identidades das pessoas são muito mais complexas do que sugere uma simplificada categorização de termos como “negra”, “branca”, “mulher” ou “homem”. Mesmo que cada mulher fosse “isolada” de outras partes que compõem sua identidade, não seria possível mostrar que todas as mulheres tem alguma coisa substancial em comum. Para ela, a distinção de gênero existe num contexto de distinção étnico, racial e de classe, o que torna difícil tomar qualquer experiência particular de um grupo de mulheres como representativo de todas, embora isso não impeça o questionamento sobre o que determinado grupo de mulheres possa ter em comum (SPELMANN, 1988, p. 148). É importante ressaltar aqui que isso não significa dizer que a compreensão das identidades e diferenças individualizadas e dos múltiplos padrões de dominação que impactam essas agentes de forma singular deva ser considerada ao nível da individualização das posições sociais, pois isso impossibilitaria lutas coletivas para a transformação das estruturas de dominação (BIROLI, MIGUEL, 2015, p. 18).

O que destacamos é a necessidade de atenção para superar padrões tradicionais de reflexão que não levam em conta as experiências e vivências individuais das assimetrias de gênero, classe e raça como essas desigualdades se definem nas especificidades cruzadas para a condição das mulheres. Ou seja, as diferenças de gênero devem ser consideradas com outras clivagens que compõem as identidades. Se queremos entender o que é “ser mulher”, é preciso “dessencializar” essa categoria, sendo necessário investigar as individualidades considerando as diferenças e o que essas diferenças tem em comum. E, ao mesmo tempo, é necessário incorporar as relações de poder e as hierarquias existentes nessas relações. Bell Hooks sustenta que o predomínio de uma análise crítica sustentado por uma perspectiva de mulheres brancas dificulta a compreensão da supremacia branca como estratégia, do seu impacto psicológico de classe e da condição política dessa visão num Estado racista, sexista e capitalista. Embora as mulheres em geral sofram com a “tirania sexista”, há pouca indicação de que isso forje “um vínculo comum entre todas as mulheres”. Há muitas evidências que justificam o fato de que a identidade de raça e classe geram diferenças no status social, no estilo e qualidade de

vida, que prevalecem sobre a experiência que as mulheres compartilham” (HOOKS, 2015, p. 196-197).

O estudo de Kia Lilly Caldwell (2000) mostra que intelectuais não brancas⁴, sobretudo nos Estados Unidos e Inglaterra, contribuíram para compreender a importância de considerar as especificidades social, cultural e histórica e a importância dessas diferenças para desessencializar a questão de gênero e incorporar o papel da diferença na teoria feminista. Caldwell aponta que o lento processo de atenção à relação entre raça e gênero nos estudos acadêmicos feministas no Brasil até a segunda metade do século XX e a baixa tradução das produções de mulheres não brancas americanas sobre racialização do gênero provocaram uma visão parcial e essencialista, não atentando para as diferenças raciais e o problema da tripla opressão sobre as mulheres negras inclusive na relação de subalternidade entre mulheres brancas e não brancas situadas em distintas posições de classe social. “A falta de pesquisa integrada sobre raça e gênero significa que as experiências de vida das mulheres negras raramente são examinadas” (CALDWELL, 2000, p.95).

Mulheres negras e trabalhadoras construíram uma reflexão sobre sua própria condição. Biroli e Miguel apontam que a partir dos anos de 1970 coletivos no interior do movimento negro afirmaram a especificidade das mulheres negras uma vez que, assim como ocorreu nos movimentos e partidos de matiz socialista, as relações de gênero não estavam necessariamente colocadas como problemas de primeira grandeza nas lutas travadas no interior dos movimentos negros. “Tendo como ponto de partida um ambiente em que sua condição de mulheres negras não estava contida nem na agenda feminista nem na antirracista, colocava-se o desafio de produzir lutas e formas de conhecimento que não suspendesse sua vivência” (BIROLI, MIGUEL, 2015, p.9).

Dessa forma, pesquisadoras e feministas negras chamaram a atenção para o status subalterno das mulheres negras, destacando as dimensões estruturais da opressão que levavam em consideração a ideologia patriarcal e o racismo. A ideia generalista de que “todas as mulheres são oprimidas” precisa ser ampliada porque não considera os fatores classe, raça, religião, preferência sexual como aspectos que criam uma diversidade de experiências que determinam até que ponto o sexismo será uma força opressiva na vida

⁴ Utilizo aqui um termo apontado por Kia Lilly Caldwell para reafirmar a relevância de considerar aspectos étnicos e raciais de mulheres de ascendência africana, latino americana, indígena, hispano e asiática que, a meu ver, ampliam e explicitam a necessidade de considerar identidades que são constitutivas de experiências diferenciadas dentro da categoria “mulheres”.

das mulheres e o quanto essa forma de opressão será o ponto de intersecção com outras formas de exploração e discriminação estabelecendo novas formas de constrangimentos.

Nesse sentido, a contribuição do feminismo negro está no fato de trazer à tona um reposicionamento das relações de exploração e dominação colocando em evidência a perspectiva etno/racial. Ao situarmos a opressão racial com gênero, por exemplo, é possível perceber o quanto o sexismo, a divisão sexual do trabalho, a moral sexual impactam as mulheres de forma diferenciada e em graus variados, a partir de sua experiência situada que precisa ser considerada e analisada contextualmente.

Identidades, perspectiva social exploração econômica e dominação cruzada

No final da segunda metade do século XX, correntes do pensamento feminista estabeleceram um debate sobre uma suposta oposição entre lutas por “reconhecimento das diferenças” de demandas envolvendo nacionalidade, etnicidade, raça, gênero, sexualidade que supostamente suplantariam a luta de grupos que lutavam contra a exploração de classe. Tal mudança de foco deixaria em segundo plano demandas vinculadas à exploração econômica e desigualdade material como injustiças fundamentais a organizar a luta política. Esse debate foi personificado por duas importantes teóricas feministas, Nancy Fraser e Iris Marion Young. Mesmo com a concordância de que “injustiça econômica e injustiça cultural normalmente estão imbricadas” (FRASER, 2001, p.251) e que “ninguém é integrante de uma só coletividade” (idem, 2001, p. 280) a pesquisadora Nancy Fraser critica uma suposta hierarquia na teoria do reconhecimento em que haveria uma “subordinação das lutas sociais às culturais e das políticas de redistribuição às políticas de reconhecimento” (FRASER, 2002, P.62). Para ela a intersecção de classe, raça, gênero e sexualidade exigiriam muito mais do que soluções afirmativas (reconhecimento), ensejando soluções de reestruturação profunda das relações de produção, eliminação de diferenças de grupo e de desconstrução cultural como parte de uma reestruturação profunda e transformadora das relações de reconhecimento (FRASER, 2001, p. 273).

De outro lado, Iris Marion Young argumenta que o ativismo sobre identidades de grupo abstraída das relações sociais de privilégio e opressão econômicos não representa o pensamento da maior parte das correntes vinculadas às lutas políticas de reconhecimento da diferenças e antirracistas. Young critica não somente a dicotomia estabelecida por Fraser entre redistribuição e reconhecimento, que para ela não existem nessa visão dual e dicotômica, mas igualmente “o remédio” proposto por Fraser em que soluções transformadoras na perspectiva da economia política sugeririam que “as lutas

radicalmente transformadoras das mulheres e das pessoas de cor devem ter o objetivo de eliminar o grupo de gênero ou racial” (YOUNG, 2009, p.197). Esse é o ponto em que uma visão dicotômica torna-se uma redução prejudicial para o debate sobre a multiplicidade de estruturas e sistemas de injustiça e opressão. Nesse aspecto, compartilho com a visão de Young de que uma solução teórica que entende a política da diferença como um caminho para buscar a igualdade material, econômica e política. “A política da diferença é um meio crucial para conquistar objetivos materiais de proteção igualitária e igualdade de oportunidades” (YOUNG, 2009, p.207).

Sendo assim, grupos culturais minoritários, pessoas da classe trabalhadora e, ainda, aqueles situados em posições raciais desvalorizadas possuem perspectivas posicionadas de forma assimétrica nas estruturas sociais e, por conta dessas experiências, têm compreensões diferentes acerca dos problemas, conflitos e possíveis soluções. Esses aspectos devem ser considerados, sobretudo para evitar posturas impositivas que sufocam identidades.

Essa discussão coloca em evidência o fato de que as experiências de vida que definem os grupos sociais dão-se a partir de uma lógica relacional, ou seja, é necessário compreender a “posição” que ocupam a partir de suas diferentes experiências, histórias e compreensões sociais. Assim, uma mulher racializada, vivendo numa favela sofre situações de discriminação e opressão diferenciada de uma mulher branca que vive nas mesmas condições sociais e econômicas. Embora o recorte de classe e de gênero possam estabelecer relações de identidade comum entre elas, porém, a perspectiva racial vai produzir uma experiência diferenciada de interação social (e de opressão), influenciando os mecanismos, as formas de resistência e de luta que possam adotar para a sua emancipação.

Isso não significa dizer que ações para a transformação das condições de opressão não tenham grupos com experiências individuais distintas, mas com perspectiva social e experiências de vida próximas entre si. No exemplo citado, a condição de opressão por classe e gênero, pode aproximar duas mulheres em demandas por direitos com as quais suas necessidades se aproximam como o combate à violência doméstica ou a garantia de serviços públicos. Mas as demandas no contexto étnico/racial podem situá-las em posições diferentes. Essa percepção das diferenças não são prejudiciais. Ao contrário, podem ampliar a rede de solidariedade na busca pela transformação dessas estruturas de dominação e de opressão.

O argumento em favor de uma teoria crítica que permita a interação entre as diferentes identidades e perspectivas de grupo (diferença/reconhecimento) com a necessidade alcançar a igualdade social (redistribuição) considera essas duas vertentes como duas faces distintas de uma mesma moeda de injustiça social e deve ser considerada nos estudos sobre discriminações cruzadas (interseccionalidade). “Atualmente, está bastante claro que a prática de uma política exclusivamente de classe desconsiderou diferenças de experiências cruciais associadas a gênero, etnicidade ou raça” (PHILLIPS, 2009, p.227). Afinal, existem formas de dominação que não estão estruturadas exclusivamente nas questões materiais como é o caso da violência doméstica, o racismo, a homofobia ou a xenofobia. É preciso, então, reconhecer que existem diferentes tipos de “diferenças” e estratégias apropriadas para cada um. O importante é reconhecer a existência de potenciais conflitos, tensões e dilemas “(...) sem presumir à priori que um conjunto de iniciativas tem sempre prioridade sobre o outro” (PHILLIPS, 2009, p.238).

Considerar as diferentes identidades que estruturam o sujeito e o situam numa perspectiva social a partir de categorias de opressão expõem os limites de um pensamento essencialista. Para discutir a multiplicidade das relações de subordinação é necessário considerar o agente social constituído por “um conjunto de posições de sujeito” (MOUFFE, 2013, p. 268). Ou seja, ao descartar a ideia homogeneizante de um sujeito único torna-se possível discutir a intersecção e as tensões provocadas pelas variadas posições desse sujeito e da pluralidade de situações discursivas que não pode ser totalmente fixado, em que esse sujeito em determinada situação pode estar numa posição dominante e, noutra, situado numa condição de subordinação. “É impossível falar do agente social como se estivéssemos lidando com uma entidade homogênea e unificada” (idem, 2013, 268).

As diferentes perspectivas em que as mulheres estão socialmente situadas e como essas diferenças atuam de maneira a produzir uma multiplicidade de subordinação coloca em xeque a ideia de uma “essencialidade feminina”. Assim, a categoria “mulher” não enfrenta outras dimensões da opressão em que o sexismo, as desigualdades de classe e o racismo atuam. “É preciso analisar o sujeito feminino individual em sua posição social específica e investigar suas realidades internas e externas” (ELSHTAIN, 2013, P.125) considerando que não há uma lógica única e abrangente para explicar e interpretar a vida humana em toda a sua diversidade nem para revelar os sistemas de desigualdade a todas as mulheres da mesma forma. “Pensar as identidades em termos da diferença mantém-nas em sua pluralidade, sem requerer sua unificação numa identidade comum” (YOUNG,

2006, p.148). Ao contrário, é preciso sempre considerar as diferentes identidades e as estruturas de dominação e subordinação que interagem com essas identidades individuais produzindo vulnerabilidades múltiplas nos sujeitos femininos e perspectivas sociais que as colocam mais próximas de determinadas experiências semelhantes às suas. Essa identificação conecta vivências, embora no interior desse grupo se expressem diferenças, e cria as condições para a organização e a luta política coletiva.

A interseccionalidade e sistemas de opressão

A visão essencialista, de uma identidade única representada pela categoria “mulher” sustentada nas experiências de vida da mulher branca, de classe média da sociedade americana produziu uma corrente de pensamento excludente que impossibilitou o surgimento de novas e variadas teorias, explicita Bell Hooks (20015, p. 201). Essa discussão reforça a importância de um diálogo interseccional entre as diversas categorias e sistemas de opressão, contribuição que o feminismo negro, o feminismo que discute a livre orientação sexual ou as minorias étnicas vem produzindo à teoria feminista.

É nesse contexto que compreendemos as críticas de ativistas e teóricas da diferença e do pensamento feminista negro. A percepção a ser considerada no debate é *como* a diferença de raça, classe social ou orientação sexual pode atingir de maneira diferenciada e, por vezes, estabelecer relações de subordinação no interior de um mesmo grupo ou categoria, dependendo da posição dessas agentes. Essa compreensão ajuda a evitar rótulos ou “rajadas de palavras contra sujeitos femininos em nome de libertá-los” (ELSHTAIN, 2013, p. 31) evitando construções que desconsideram a complexidade das identidades.

Elizabeth Spelman (1988) chama a atenção esse aspecto ao classificar de “arrogante” de feministas em posição de elite (brancas e de classe social dominante) quando estabeleceram um critério “genérico” para a categoria “mulheres” e reivindicaram demandas a partir de sua posição situada como se todas as mulheres possuíssem as mesmas prioridades. Se por um lado, a reivindicação por cidadania pressupõe uma semelhança para questões de direitos civis, de outro, “o que torna insustentável a reivindicação é a presunção de poder e autoridade para legislar sobre a identidade [das outras]” (SPELMAN, 1988, p.140).

A intersecção classe, raça, gênero e sexualidade desafia diretamente a estrutura de desigualdade provocada pelo sexismo, racismo e a exploração de classe e ajuda a

compreender as interconexões e a complexidade das hierarquias constituídas nessas relações de poder e de exploração que atuam no cotidiano das relações sociais. Fatores históricos e culturais interferem na construção dessas identidades e nas experiências sociais e precisam ser incorporados para que não se “apague” as diferenças dentro da categoria “mulher”.

Sistemas múltiplos de subordinação têm sido descritos de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas ou como dupla e tripla discriminação (CRENSHAW, 2002, p.177). Variáveis de gênero, classe e raça se entrecruzam e produzem mecanismos de dominação e opressão. Conforme reforça Kimberlé Crenshaw (2002), o racismo é distinto do patriarcalismo, que por sua vez, é diferente da opressão de classe. No entanto, quando esses sistemas se entrecruzam criam intersecções complexas, produzem formas distintas de opressão. “As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe ou o gênero se encontram” (CRENSHAW, 2000, p.177).

É crescente a compreensão de que as discriminações por gênero, raça e classe não são fenômenos excludentes ou independentes, mas se interrelacionam produzindo efeitos que, numa perspectiva metodológica e teórica, permitem identificar padrões múltiplos de opressão que ocorrem no dia-a-dia e, por vezes, estão “invisíveis”. Forças econômicas, culturais e sociais dominantes moldam esses sistemas de forma a naturalizá-los. Quando a análise desses mecanismos ocorre de forma cruzada, percebe-se que as agentes posicionadas nessas intersecções em virtude de suas identidades sofrem desvantagens que interagem com outras vulnerabilidades preexistentes produzindo uma dimensão diferente do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Chrenshaw sugere adotar como rotina metodológica o “fazer perguntas”: há racismo atuando na definição dos papéis sociais das mulheres? há sexismo? qual a dimensão de classe? Existem hierarquias de gênero na definição dessas posições? O problema é matizado pelo colonialismo/regionalismo? que estruturas de poder interferem para a existência dessas condições? Tais questões auxiliam a uma permanente atenção para o problema da subordinação interseccional.

A incorporação do conceito de perspectivas sociais⁵, bem como as relações estruturadas em privilégios e desvantagens que organizam a sociedade de classes são dois

⁵ “(...) pessoas diferentemente posicionadas têm diferentes experiências, histórias e compreensões sociais derivadas daquele posicionamento. Conforme suas posições sociais, as pessoas estão sintonizadas com

fatores que permitem estabelecer conexões entre injustiças e desigualdades sociais que contribuem para “a percepção crítica de [que] raça, classe, gênero, sexualidade, etnicidade, nação, habilidade e idade operam não de forma unitária, como entidades mutuamente excludentes, mas como fenômenos que se constroem reciprocamente e como tal dão forma a desigualdades sociais complexas” (COLLINS, apud, BIROLI, MIGUEL, 2015, p. 15). São essas posições relativas que definem formas diferenciadas de restrições e assimetrias.

Quando consideramos a atuação múltipla dessas assimetrias, por exemplo, percebe-se o papel estrutural da escravidão e do racismo na formação das sociedades capitalistas modernas, pelo menos no que diz respeito à sociedade estadunidense e à brasileira, citadas pelas autoras tratadas nesse artigo. “A luta de classes está indissoluvelmente ligada à luta para acabar com o racismo” (HOOKS, 2015, p. 196). A discriminação racial, por exemplo, é frequentemente marcada pelo gênero, uma vez que as mulheres negras vivenciam situações de discriminação e abuso tanto pelo gênero quanto pela raça e, neste caso, sofrem de maneira diferente em relação às mulheres brancas e aos homens negros. A incorporação da categoria raça põe em destaque formas pelas quais as mulheres são diferentemente afetadas por sistemas de opressão e discriminação.

Conclusão

As correntes teóricas feministas trouxeram para o centro do debate a percepção da opressão das mulheres provocada pelo sexismo. O sexismo como sistema de dominação é institucionalizado e se dirige a todas as mulheres, sem distinção (MIGUEL, BIROLI, 2013, p. 32). No capitalismo, o patriarcado é estruturado de forma que o sexismo restrinja o comportamento das mulheres, mas não é o único fator que determina formas de opressão. Considerar esse como um sistema único pode obscurecer outros níveis de opressão, ou seja, outras situações que criam “ausência de opções” (HOOKS, 2015, p.197).

As teorias feministas denunciam os diferentes graus da tirania patriarcal que organiza a dominação masculina e a socialização sexista. Quando esse debate incorpora as experiências de vida das mulheres negras e não brancas ou de outros grupos de

determinados tipos de significados e relacionamentos sociais, com os quais outras pessoas estão menos sintonizadas”(YOUNG, 2006, p. 162)

mulheres organizadas por sua etnia ou orientação sexual percebemos situações diárias de opressão e discriminação em que o sexo, a classe e a raça se entrelaçam estruturando sistemas de subordinação, seja pelo sexismo/machismo, pela classismo ou pelo racismo. Nas palavras de Bell Hooks, “os homens negros podem ser vitimados pelo racismo, mas o sexismo lhes permite atuar como exploradores e opressores das mulheres. As mulheres brancas podem ser vitimizadas pelo sexismo, mas o racismo lhes permite atuar como exploradoras e opressoras de pessoas negras” (HOOKS, 2015, p. 208). Como grupo, são as mulheres negras ou não brancas, que vivem uma condição de vida em que a exploração e opressão as colocam numa tripla condição de opressão: pelo sexismo, pela classe e pelo racismo.

A discriminação interseccional é particularmente difícil de ser identificada, principalmente em contextos onde a dominação masculina, a exploração econômica, o racismo e o sexismo atuam de maneira cotidiana, tornando “natural” alguns aspectos mais profundos da subordinação. Como metodologia de análise, a interseccionalidade permite associar e identificar esses sistemas de discriminação que atuam de múltiplas formas, estruturando desigualdades para as mulheres a partir de suas posições relativas gerando opressões que fluem entre esses eixos.

Compreender a existência de desigualdades de classe, de gênero e de raça que atuam como dupla ou tripla discriminação auxilia a identificar consequências estruturais da interação entre esses eixos e como atuam de forma diferenciada gerando desigualdades e discriminação que se sobrepõem e produzem intersecções diferenciadas. Como lembra Crenshaw, “as mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo, a xenofobia, a classe e o gênero se encontram” (CRENSHAW, 2002, p. 1777). Mulheres marcadas por múltiplas assimetrias posicionadas nessas intersecções em virtude de suas identidades específicas. A percepção dessas interações é uma contribuição importante para a discussão sobre as desvantagens e as vulnerabilidades que geram desigualdades e desempoderamento das mulheres.

Adotar como método de pesquisa, análise e identificação dos sistemas de desigualdade a interseccionalidade dessas categorias é fundamental para identificar mecanismos tão naturalizados no cotidiano que praticamente não se percebe a existência deles. A análise interseccional pode ajudar a reestruturar os interesses das mulheres como co-extensivos aos interesses de raça. Outro aspecto que a observação das opressões cruzadas permite é a possibilidade de estabelecer a consciência de grupo entre mulheres de forma que seja possível discutir os sistemas de opressão e como impactam cada uma

delas. Porém, ao partir do reconhecimento de que há perspectivas diferenciadas entre cada uma das mulheres e que ela está situada diversamente no espaço social, o cruzamento dessas categorias deve convergir para uma percepção de opressões estruturais e o esforço de investigação deve ser a compreensão de como ocorre o funcionamento conjunto dessas estruturas desiguais (BIROLI, MIGUEL, 2015, p. 18).

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Joana El-Jaick. A social democracia clássica e a emancipação feminina. IN Gênero e Política. Revista Brasileira de Ciência Política, n.2, Brasília, 2009, pp. 159 – 192.

BIROLI, Flávia. Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática. Vinhedo, Editora Horizonte, 2013.

BIROLI, Flávia, MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. Mediações, vol.20, n.2, 2015

DELPHY, Christine. “O inimigo principal: a economia política do patriarcado”. Revista Brasileira de Ciência Política, n.17, Brasília, 2015, pp. 99-119.

ELSHTAIN, Jean B. Rumo a uma teoria crítica da mulher e da política: reconstruindo o público e o privado. IN Teoria política Feminista: textos centrais. MIGUEL, L.Felipe, BIROLI, Flavia (orgs). Vinhedo, Editora Horizonte, 2013, pp. 121-172.

FRASER, Nancy. Sobre o contrato sexual, de Carole Pateman. IN. Teoria política Feminista: textos centrais. MIGUEL, L.Felipe, BIROLI, Flavia (orgs). Vinhedo, Editora Horizonte, 2013, pp. 251-264.

_____ Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. IN Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira. BRUSCHINI, Cristina, UNBEHAUM, Sandra (orgs). Ed 34, São Paulo, 2002, pp. 61-78.

_____ Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. IN Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. SOUZA, Jessé (orgs), Brasília, Ed. Unb, 2001. pp.245 – 282.

GIACOMINI, Sonia Maria. Mulher e escrava, uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil, Rio de Janeiro, ed. Vozes, 1988.

- HOOKS, Bell.** Mulheres negras: moldando a teoria feminista. IN Revista Brasileira de Ciência Política, MIGUEL, L.Felipe, BIROLI, Flávia (orgs). n.16, Brasília, 2015, pp 193-210. Disponível no scielo.
- MIGUEL, L.F, BIROLI, Flávia.** Teoria política feminista, hoje. IN Teoria política feminista: textos centrais. MIGUEL, L.F, BIROLI, Flávia (orgs), Vinhedo, editora Horizonte, 2013, pp 7 – 54.
- MACKINNON, Catharine A.** *Hacia una teoria feminista del Estado.* Ediciones Cátedra, Madrid, 1995.
- MOUFFE, Chantal.** Feminismo, cidadania e política democrática radical. IN MIGUEL, L.F, BIROLI, Flávia (orgs), Vinhedo, editora Horizonte, 2013, pp. 265 – 282.
- OKIN, Susan Moller.** Gênero, o publico e o privado. Revista de Estudos Feministas, v.16, nº2, 2008, pp. 305-332.
- PHILIPS, Anne.** Da Desigualdade à diferença: um caso grave de deslocamento? IN Gênero e Política. Revista Brasileira de Ciência Política. nº2, Brasília, 2009, pp 223-242.
- PINTO, Celi R.** Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.
- SAFIFIOTI, Heleieth.** A mulher na sociedade de classes. 3ª edição, ed. Expressão Popular, São Paulo, 2013.
- SPELMAN, Elizabeth.** *Inessential woman: problems of exclusion in feminist thought.* Boston: Beacon Press Boston, pp 133-159.
- YOUNG, Iris Marion.** Representação política, identidade e minorias. Revista Lua Nova, n. 67, São Paulo, 2006, pp. 139-190.
- _____ Categorias desajustadas: uma crítica à teoria dual de sistemas de Nancy Fraser. IN Gênero e Política. Revista Brasileira de Ciência Política. nº2, Brasília, 2009, pp 193 – 214.
- WERNECK, Jurema.** “Nossos passos vem de longe! Movimentos de Mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo”. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as), vol.1, n.1, 2010. Disponível pelo endereço: <http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/issue/view/2>.